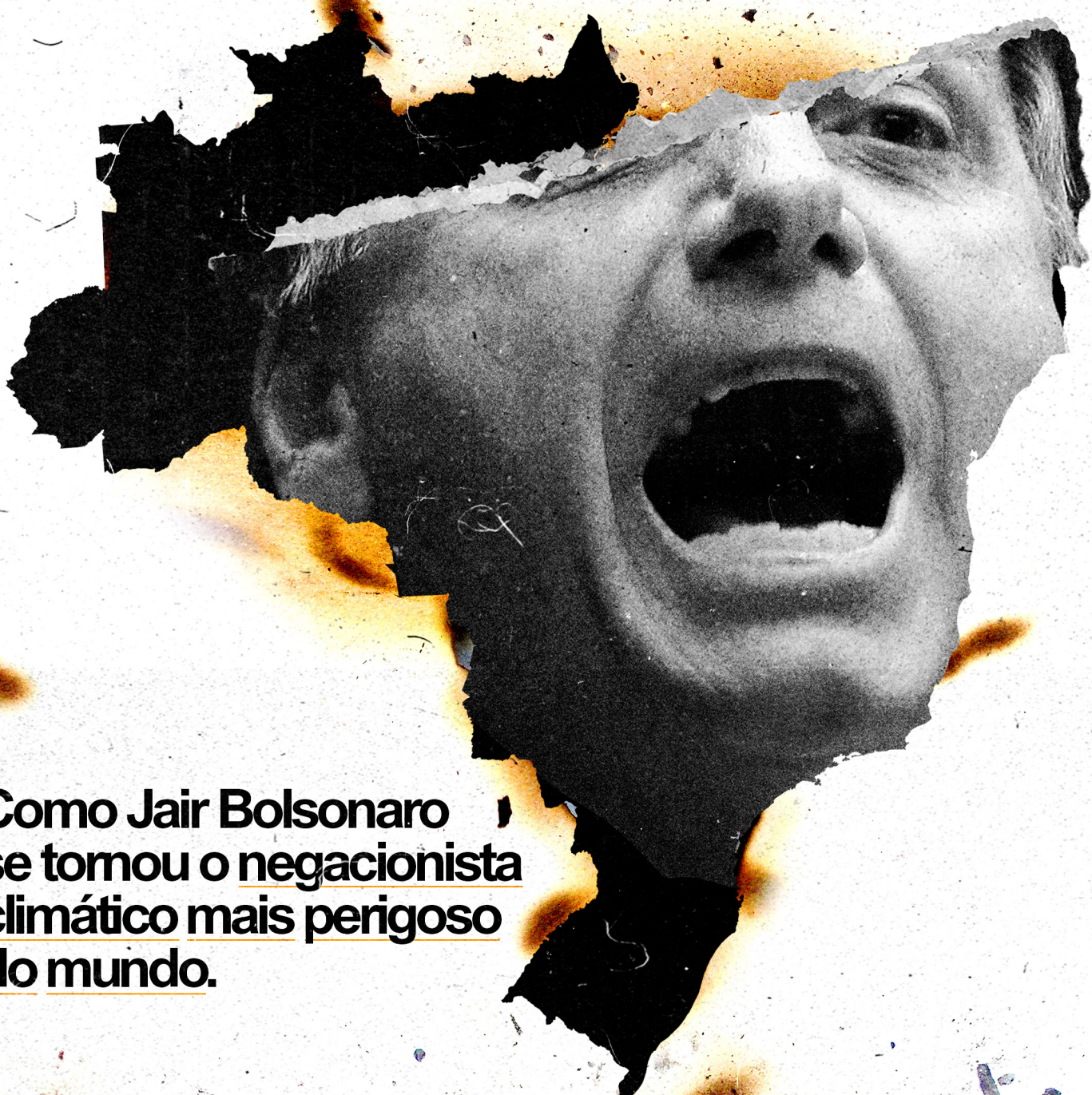


BRASIL 1000 DIAS DE DESTRUIÇÃO

Como Jair Bolsonaro
se tornou o negacionista
climático mais perigoso
do mundo.



Brasil, 2021





00.

Introdução:

O governo de Jair Bolsonaro chega a Glasgow para a COP26 todo trabalhado no greenwash. Seu novo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, prometeu mostrar “um Brasil real” no pavilhão de 200 metros quadrados co-patrocinado pelo lobby da indústria. Ao contrário do quadro pintado por ONGs e ambientalistas, que, na visão do governo, “conspiram contra o desenvolvimento do país”, o tal “Brasil real” é um lugar onde o crime ambiental é enfrentado com tolerância zero; onde o desmatamento e as emissões de carbono estão caindo; onde os povos indígenas têm a chance de prosperar; cuja NDC está entre as mais ambiciosas do mundo; e que vai atingir a “emissão líquida zero” em 2050 e acabar com o desmatamento ilegal bem antes de 2030.

Todos nós gostaríamos de poder viver em um país assim. Mas, desgraçadamente, o Brasil de Bolsonaro é o que a gente já sabe.

Nenhum discurso verde pode apagar o fato de que, desde que Bolsonaro assumiu o cargo, uma área de floresta do tamanho da Bélgica virou cinza só na Amazônia. Ou que o Brasil foi provavelmente o único país do G20 a aumentar suas emissões de carbono no ano pandêmico de 2020. Ou que as políticas racistas de Bolsonaro em relação aos povos indígenas o tornaram o único presidente brasileiro a ser denunciado no Tribunal Penal Internacional. No momento, enquanto você lê este texto, cerca de 25 mil garimpeiros estão invadindo e devastando a Terra Indígena Yanomami. O governo não fez nada para expulsá-los até que o Supremo Tribunal Federal o obrigasse; pior do que isso, pressiona por uma mudança na lei para legalizar a mineração em terras indígenas. Em outubro, duas crianças Yanomami foram sugadas por uma draga numa balsa de garimpo e morreram afogadas.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

00. Introdução



Nenhuma promessa de bom comportamento pode corrigir a NDC do Brasil, que retrocede na ambição e é questionada nos tribunais; ou reverter três anos de um desmonte sistemático e eficiente de regulamentos ambientais e das agências de fiscalização. Mais importante ainda, nada que o regime brasileiro possa dizer à comunidade internacional em Glasgow obsta o fato de que uma série de projetos de lei apoiados pelo governo e apresentados para votação no Congresso pode dizimar povos tradicionais e a floresta amazônica, sem a qual o Acordo de Paris vira letra morta.

Nas páginas a seguir, você encontrará uma cronologia não exaustiva do desastre imposto aos brasileiros — e ao resto da humanidade — pelo mais perigoso negacionista do planeta.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

00. Introdução



01.

Aumento de desmatamento e queimadas

“A Amazônia não está sendo devastada e nem consumida pelo fogo, como diz mentirosamente a mídia.”

Jair Bolsonaro, 24 de Setembro de 2019

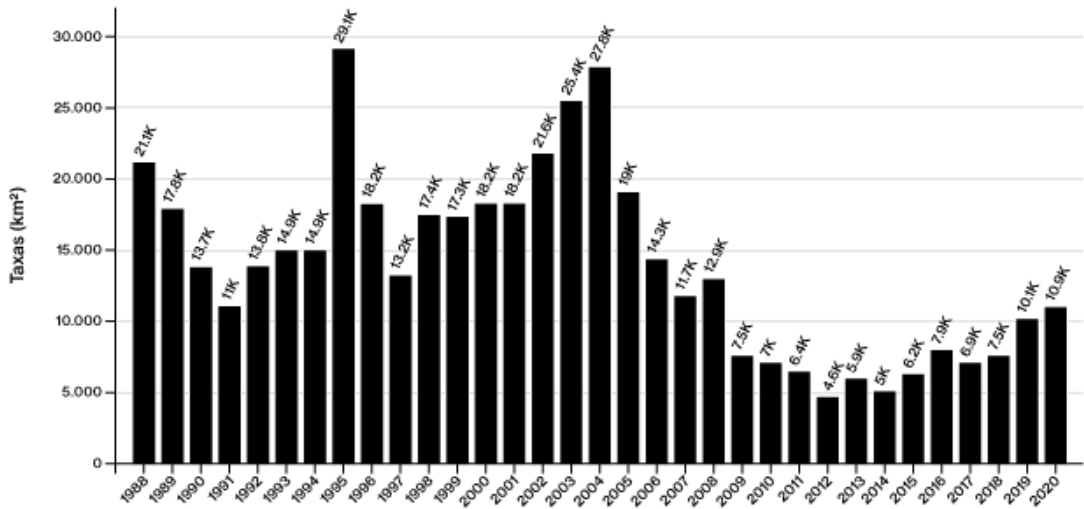
“Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sobrevivência.”

Jair Bolsonaro, 22 de Setembro de 2020

Em 2020, o [desmatamento na Amazônia](#) atingiu 10.851 km², a maior taxa em 12 anos. [Dados preliminares](#) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam que, em 2021, poderá ser ultrapassada pela terceira vez, sob Bolsonaro, a marca de 10 mil km² de destruição. A soma desses três anos equivale à derrubada de uma área semelhante à da Bélgica em florestas.

A média em 2019 e 2020 foi de 10.490 km² desmatados por ano. É um número 62% maior que a média anual registrada na década anterior (6.494 km²), segundo dados oficiais.

Taxa anual de desmatamento na Amazônia (km²)



O governo abandonou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), lançado em 2004, que foi o principal responsável pela redução de 83% do desmate até 2012. E também paralisa há quase três anos a maior iniciativa de Redd+ do planeta, o Fundo Amazônia, impedindo a aplicação de recursos obtidos de países europeus para redução do desmatamento no Brasil. Neste momento, cerca de R\$3 bilhões estão parados no fundo, sem uso. Enquanto isso, o governo tenta chantagear países ricos para obter mais recursos.

No [Cerrado](#), o segundo maior bioma brasileiro, foram desmatados 7.340 km² em 2020, a maior taxa em cinco anos. Em relação a 2019 houve aumento de 12,3% da destruição, em áreas de expansão da soja.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

01.

Aumento de desmatamento e queimadas

A repercussão internacional das queimadas na Amazônia em 2019 resultou na demissão do físico que comandava o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, responsável pelo monitoramento das queimadas, mas nada foi feito para impedir uma tragédia ainda maior ano seguinte, quando o número de focos no bioma chegou a 103 mil, o mais alto desde 2017.

Em 2020, o fogo também [destruiu](#) um quarto do Pantanal, a maior planície alagada do mundo. A área queimada equivale à da Dinamarca. Neste ano, até o início de outubro, as chamas já haviam devastado 10% do bioma.

Dados da [Global Forest Watch](#) mostram que o Brasil liderou a derrubada de florestas primárias no mundo em 2020.

O governo comemorou uma redução pontual dos alertas de desmatamento em julho e agosto de 2021, após meses de alta recorde, mas os números [voltaram a subir em setembro](#), superando o mesmo período do ano anterior.

Já os alertas de desmatamento específicos para mineração na Amazônia são os mais altos da [série histórica disponível](#): a área desmatada em garimpos ilegais em 2021 equivale a 13 mil campos de futebol.

Tudo isso ocorreu sob o comando de um ministro [investigado](#) pela Polícia Federal e denunciado à principal corte do país por diversos crimes, entre eles o de ter atuado para favorecer o contrabando de madeira ilegal. Ricardo Salles deixou o cargo no fim de junho para [escapar da prisão](#), mas sua política foi mantida pelo sucessor, Joaquim Leite, um de seus principais assessores desde 2019.

O maior golpe na Amazônia deve ocorrer em breve, com a provável licença do governo para o asfaltamento completo da BR-319, estrada que liga Manaus a Porto Velho. [Estudo recente](#) estima que a obra deve pelo menos quadruplicar até 2050 o desmatamento em um dos últimos grandes blocos contínuos de floresta intacta no bioma.

Toda essa destruição é agravada pelo fato de que, [segundo um estudo recente](#), partes da Amazônia já estão perdendo a capacidade de absorver carbono devido aos efeitos combinados do desmatamento e da mudança do clima.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

01.

Aumento de desmatamento e queimadas



02.

Desmonte da fiscalização

“Eu paguei uma missão para ele (Salles): mete a foice em todo mundo (no Ibama). Não quero xiita ocupando esses cargos. Vamos acabar com essa indústria da multa.”

Jair Bolsonaro, 11 de Junho de 2019

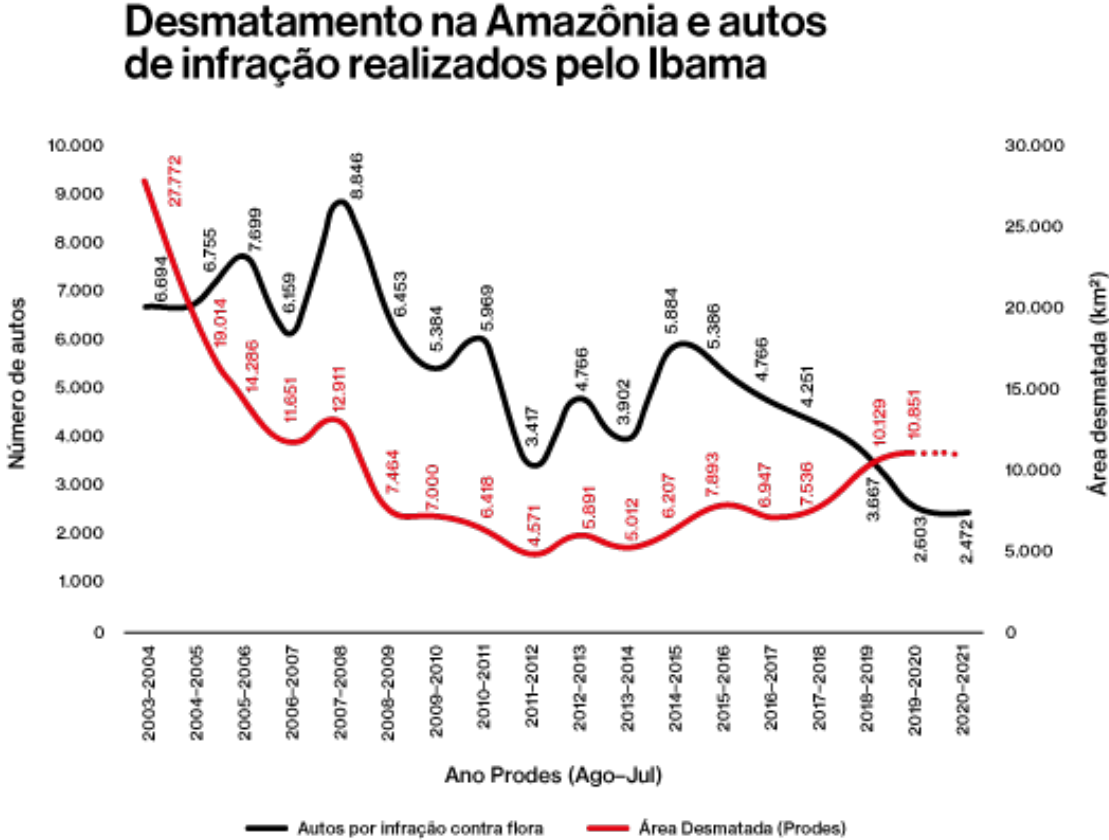
“Infelizmente, o regime Bolsonaro reverteu parte da fiscalização ambiental.”

John Kerry, 12 de Maio de 2021

O desmonte dos órgãos de controle do desmatamento resultou no nível mais baixo de multas ambientais das últimas duas décadas na Amazônia. Em 2019 e 2020 foi registrada média anual de 2.610 autos por infrações contra a flora na região, uma [queda](#) de 46% em relação à média na década anterior (4.868 autos por ano), apesar do aumento das taxas de desmatamento nos últimos dois anos.

O discurso do governo de que a fiscalização foi reforçada em 2021 também não se sustenta. Segundo dados oficiais, houve queda de 44% dos autos de infração por crimes contra a flora na Amazônia nos primeiros nove meses de 2021 (1.795 multas) em relação ao mesmo período de 2018 (3.190 multas), último ano antes da atual gestão.

02. Desmonte da fiscalização



Brasil: 1.000 dias de destruição —
Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

Já o embargo de áreas desmatadas, uma das medidas consideradas mais eficazes para conter o avanço da devastação, [caiu](#) 85% em 2020 na comparação com 2018: foram registrados apenas 385 embargos em 2020, contra 2.589 em 2018. Ao ter uma área embargada, o proprietário rural fica impedido de vender produtos derivados do local onde ocorreu o dano ambiental – a medida foi determinante para a queda acentuada do desmatamento de 2007 a 2012. Em 2020, pela primeira vez, o número de desembargos superou o de embargos realizados pelo Ibama na Amazônia.

02. Desmonte da fiscalização

A queda histórica de multas e embargos ocorreu apesar do “reforço” de mais de 3 mil militares na região a partir de maio de 2020, durante a operação Verde Brasil 2. A operação militar foi [abortada](#) em outubro, com [histórico de fracasso](#) e alto custo.

Além de reduzir a presença de fiscais em campo, o governo reverteu estratégia que vinha sendo intensificada em outros governos para combater irregularidades na cadeia produtiva. Operações estratégicas que resultaram em penalidades contra empresas como [Santander](#), [Bunge](#), [Cargill](#) e [JBS](#), entre outras, foram abandonadas. O Ibama também abortou o controle remoto do desmatamento, iniciado em 2016, que havia aumentado a capacidade de fiscalização ao cruzar dados georreferenciados e enviar multas [pelo correio](#), reduzindo custos operacionais.

Com a ausência do Estado e o estímulo a projetos para legalizar a grilagem de terras e o garimpo ilegal, aumentaram os conflitos e as invasões de terras públicas, principalmente terras indígenas. [Relatório](#) da Global Witness aponta que o Brasil foi o quarto país com mais ataques contra defensores do meio ambiente e do direito à terra no mundo. Foram 20 assassinatos, a maioria na Amazônia.

Brasil: 1.000 dias de destruição —
Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

Linda do Tempo

2018

Bolsonaro é eleito com discurso de ataque à fiscalização ambiental. Em dezembro, logo após a eleição, [afirma](#) que vai acabar com o que classifica de “indústria das multas ambientais”. “O Ibama multa de forma industrial o homem do campo. Nós não podemos ter gente no governo maltratando quem produz. Essa festa vai acabar.”

Janeiro/2019

No segundo dia de governo, um decreto do presidente altera toda a estrutura de governança ambiental, acabando com a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas, entre várias outras mudanças. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, [justifica](#) a extinção afirmando que “as pessoas ficavam fazendo turismo internacional às custas do governo”, referindo-se às conferências do clima.

Fevereiro/2019

Salles [exonera](#) 21 dos 27 superintendentes regionais do Ibama, demissão em massa inédita no órgão. Grande parte dos cargos ficou vaga por meses, depois foram nomeados principalmente militares sem experiência para ocupá-los.

Março/2019

O governo [impõe mordada](#) à comunicação dos órgãos ambientais e [exonera](#) da chefia de Operações Aéreas o fiscal que multou Bolsonaro, então deputado, por pesca ilegal em 2012.

Abril/2019

Com cem dias de governo, [decreto](#) do presidente cria programa de conciliação de multas que, na prática, paralisa a cobrança de multas e deixa impunes crimes ambientais. Pelo decreto, uma multa só poderá ser cobrada após uma “audiência de conciliação” com o infrator. A “conciliação” [teve](#) só cinco audiências em 10 meses, de mais de 7.000 agendadas.

Bolsonaro [desautoriza](#) operação do Ibama que havia resultado em destruição de equipamentos usados por madeireiros em Rondônia.

Maio/2019

Governo [avisa](#) antecipadamente onde fará operações de “fiscalização” do desmatamento. Em nota oficial, o Ibama anunciou que atuaria na Floresta Nacional do Jamanxim nos dias seguintes, permitindo a madeireiros e garimpeiros que escondessem seus equipamentos.

Julho/2019

Ibama [aborta](#) operação em Rondônia após ataque de madeireiros contra fiscais. Duas semanas após a emboscada, o ministro Salles vai à região e [discursa](#) para madeireiros, chamando-os de “cidadãos de bem”.

Insatisfeito com a repercussão internacional do aumento do desmatamento, Bolsonaro [demite](#) o renomado físico Ricardo Galvão do instituto responsável pelo monitoramento. Antes, Bolsonaro afirmou que o órgão estaria agindo “a serviço de alguma ONG”. Galvão reagiu [chamando](#) de “pusilânime” a atitude do presidente.

Alemanha e Noruega [suspendem](#) doações para o Fundo Amazônia em razão do aumento do desmatamento. “O Brasil quebrou o acordo com a Noruega e a Alemanha desde que suspendeu a diretoria e o comitê técnico do fundo”, afirmou o ministro norueguês. “O que o Brasil fez mostra que eles não querem mais parar o desmatamento.”

Agosto/2019

O dia [vira](#) noite, no meio da tarde, em São Paulo, num fenômeno turbinado por mudanças climáticas e pela fuligem de queimadas na Amazônia.

Após a divulgação de dados oficiais que mostram uma explosão de queimadas, Bolsonaro [afirma](#) que “pode estar havendo ação criminosa de ONGs”. Imagens da Nasa [mostram](#) que o aumento de queimadas está associado principalmente ao desmatamento.

Governo [rejeita](#) ajuda financeira do G7 para combate às queimadas. “O Brasil não aceitará nenhuma iniciativa que implique relativizar a soberania sobre o seu território, qualquer que seja o pretexto e qualquer que seja a roupagem”, diz o chanceler Ernesto Araújo.

A Timberland e outras grandes empresas [decidem](#) suspender compras de couro brasileiro, em protesto contra a destruição da Amazônia.

02. Desmonte da fiscalização

Brasil: 1.000 dias de destruição — Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.



Em seu elemento: Salles posa com madeira que ele tentou liberar no Pará

Setembro/2019

No mesmo dia em que o parlamento da Áustria [rejeita](#) o acordo da União Europeia com o Mercosul, 230 fundos que movimentam U\$S 16 trilhões [cobram](#) de Bolsonaro medidas eficazes para proteger a Amazônia.

Novembro/2019

Governo se une a produtores de soja para tentar [derrubar](#) a Moratória da Soja, pacto firmado em 2006 para que não se compre soja produzida em área desmatada na Amazônia. Investidores alertam contra o movimento.

Ibama [flexibiliza](#) normas para multar serrarias que comprem madeira ilegal.

Polícia do Pará apreende equipamentos de ONG e [prende](#) brigadistas sob acusação falsa de iniciar incêndios. Bolsonaro [diz](#) para ninguém doar dinheiro a ONGs e [acusa](#) Leonardo diCaprio de dar dinheiro para 'tacar fogo na Amazônia'.

Desmatamento na Amazônia dispara 34%, a maior alta neste século, e ultrapassa os 10.000 km² pela primeira vez em 12 anos.

Março/2020

No meio do carnaval, Ibama muda regra e [libera](#) exportação de madeira nativa sem vistoria. A mudança deu origem à investigação que resultou na queda do ministro do Meio Ambiente e no afastamento inédito do presidente do Ibama e de mais nove servidores.

Abril/2020

Salles [muda](#) norma para anistiar desmatamentos na Mata Atlântica: a decisão anula entendimento contrário do próprio ministério.

Ibama [exonera](#) chefes da fiscalização após operação contra garimpos em terras indígenas do Pará que resultou na destruição de dezenas de equipamentos usados por criminosos.

A destruição de máquinas usadas em crimes ambientais [cai](#) pela metade sob Bolsonaro.

Maio/2020

Agente do Ibama é [atacado](#) por madeireiros em operação no Estado do Pará. Policiais militares da Força Nacional, que em tese cuidavam da segurança, assistem à agressão sem nada fazer.

02. Desmonte da fiscalização

Brasil: 1.000 dias de destruição — Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

Decreto presidencial [submete](#) a fiscalização ambiental às Forças Armadas.

Governo [anuncia](#) “plano” de combate ao desmatamento sem metas, ações ou orçamento.

Junho/2020

Governo [omite](#) dados sobre áreas embargadas por crime ambiental, contrariando o que manda a legislação.

Fundos globais que administram US\$ 3,75 tri [pressionam](#) por redução de desmatamento.

Em live, Bolsonaro [acusa](#) indígenas de queimar a Amazônia e critica europeus.

“Dia do Fogo” na Amazônia [completa](#) um ano sem punição.

Julho/2020

Órgão de controle [defende](#) punição para servidor que criticar governo em redes sociais.

Agosto/2020

Bolsonaro [afirma](#) que “essa história de que a Amazônia arde em fogo é uma mentira” após alta de 34% na destruição da floresta.

Enquanto o fogo destrói um quarto do Pantanal, governo [distorce](#) fatos para associar queimadas à retirada de gado no bioma.

Setembro/2020

Bolsonaro [afirma](#) que não consegue “matar esse câncer chamado ONG que atua na Amazônia”.

Após dados negativos, vice-presidente [diz](#) que há oposição ao governo no órgão que monitora desmatamento.

Outubro/2020

Com o dobro das verbas de órgãos ambientais e de pesquisa para combate ao desmatamento, Forças Armadas [usam](#) dinheiro para reformar quartéis.

Novembro/2020

Desmatamento tem segunda alta anual consecutiva e atinge quase 11.000 km².

Fevereiro/2021

Após apreensão recorde de madeira ilegal em São Paulo, governo [cancelou multa e liberou carga](#) para exportadora.



02. Desmonte da fiscalização

Brasil: 1.000 dias de destruição — Como o JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

Abril/2021

Em reação a mais uma norma do ministro que altera a aplicação de multas, mais de 600 servidores assinam carta que [responsabiliza](#) governo por paralisação da fiscalização.

Maio/2021

Em 2 anos, [apenas](#) 2% das multas passa por “conciliação” imposta por Salles. A mudança de normas também derrubou os julgamentos de sanções contra infratores.

Julho/2021

Militares [evitam](#) fiscalizar garimpos em terras indígenas. No comando das operações por ordem de Bolsonaro, eles [perseguem](#) servidores dos órgãos ambientais.

Governo comemora Dia do Agricultor com foto de jagunço armado.



[Hoje homenageamos os agricultores brasileiros, trabalhadores que não pararam durante a crise da Covid-19 e garantiram a comida na mesa de milhões de pessoas no Brasil e ao redor do mundo.]

Agosto/2021

Comissão Europeia [indica](#) que mudança em regras ambientais no Brasil prejudicará acordo UE-Mercosul.

Setembro/2021

Mineração ilegal na Amazônia [bate recorde](#) em meio a protestos indígenas.

Ministério da Economia pressiona por [afrouxamento](#) de normas de proteção para “facilitar negócios”

Outubro/2021

Banco Nacional de Desenvolvimento [financia](#) frigoríficos que comprem de fazendas desmatadas e usam mão de obra escrava.

Operação ‘[vaza](#)’, e garimpeiros escondem máquinas na floresta para fugir da fiscalização.

Em audiência no Senado, representante do TCU, órgão de controle federal, diz que governo agiu para prejudicar a fiscalização ambiental. “Identificamos diversas mensagens em discursos de altas autoridades do governo desqualificando a atuação das entidades que participam do combate ao desmatamento. Isso

tem deslegitimado o trabalho de fiscalização e reduzido seu poder dissuasório no controle do desmatamento”, [disse](#) o auditor Rafael Torres.

Brasil [resiste](#) a metas de proteção da natureza na Conferência de Biodiversidade da ONU.

Bolsonaro [sofre](#) nova acusação na corte de Haia por “ataque sistemático” à Amazônia.

Governo afirma que dobrou recursos para fiscalização ambiental, mas análise do orçamento [mostra](#) que apenas 22% do dinheiro foi usado até o fim de setembro, quando a temporada de incêndios começa a diminuir.

Militares na Amazônia [custaram](#) R\$ 550 milhões e não baixaram desmatamento.

02. Desmonte da fiscalização

Brasil: 1.000 dias de destruição — Como o JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.



03.

Ataques aos direitos Indígenas

“(Se eu for eleito) não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”

Jair Bolsonaro, 3 de Abril de 2017

“Eu errei. É nem mais um milímetro

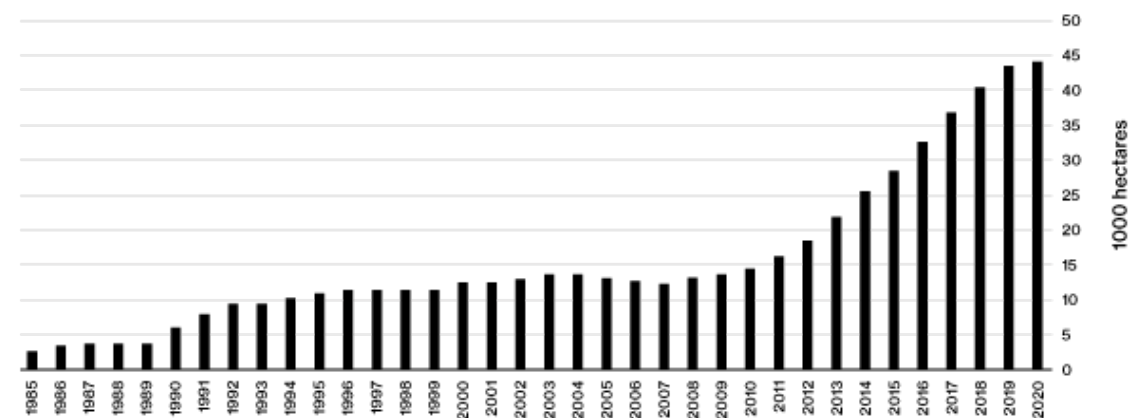
Jair Bolsonaro, 3 de Agosto de 2018

Jair Bolsonaro é o primeiro presidente desde a redemocratização do país, na década de 1980, a não demarcar nenhuma terra indígena, descumprindo uma obrigação constitucional. Segundo o [Conselho Indigenista Missionário \(Cimi\)](#), pelo menos 829 terras indígenas apresentam alguma pendência do Estado para a finalização do processo demarcatório.

Em 2019, último ano para o qual há dados, [o número de invasões de terras indígenas cresceu 135%](#). Segundo [dados do MapBiomas Alerta](#), o número de terras indígenas com alertas de desmatamento cresceu 31% em 2020 na comparação com o ano anterior.

Com as propostas do governo para liberar o garimpo em terras indígenas, essa atividade criminosa explode. Segundo [dados do MapBiomas](#), em 2019 e 2020 foram abertas as maiores áreas de garimpo em terras indígenas desde a década de 1980 – a destruição de florestas pela mineração ilegal aumentou dez vezes no período.

Garimpo ilegal em Terras Indígenas (1000 hectares)



Evolução da área de garimpo ilegal em Terras Indígenas

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

03.

Ataques aos direitos indígenas

Timeline

Janeiro/2019

Em seu segundo dia de governo, Bolsonaro [editou uma Medida Provisória](#) retirando da Funai, o órgão oficial de proteção aos índios, a atribuição de demarcar terras indígenas. A competência seria passada ao Ministério da Agricultura, dominado por lobbies contrários aos direitos indígenas. A Funai também seria retirada do Ministério da Justiça e passada ao Ministério dos Direitos Humanos, comandado por uma pastora evangélica. O Congresso rejeitou a proposta.

Março/2019

O Ministro de Minas e Energia [anuncia](#), em evento com mineradoras no Canadá, o plano do governo Bolsonaro de liberar mineração em terras indígenas.

Junho/2019

O governo [edita nova Medida Provisória](#) tentando mais uma vez passar a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. O Supremo Tribunal Federal concedeu liminar suspendendo o desmembramento e o Senado, mais uma vez, rejeitou a proposta.

Julho/2019

Bolsonaro [nomeia para a presidência da Funai](#) o delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier, ex-assessor de parlamentares ligados ao lobby agrário. Ele já havia trabalhado na Funai, de onde foi demitido em 2018 após atuar contra povos indígenas de seu Estado, Mato Grosso do Sul.

Novembro/2019

Bolsonaro é [denunciado](#) por dois grupos de juristas brasileiros no Tribunal Penal Internacional por incitação ao genocídio de indígenas. Em 2020, uma segunda manifestação à corte é feita pelos próprios índios.

Dezembro/2019

Dois indígenas do povo Guajajara que atuavam na proteção de suas terras contra invasões de madeireiros são [assassinados](#) no Estado do Maranhão, na Amazônia.

Fevereiro/2020

Bolsonaro decide “comemorar” seus 400 dias no cargo mandando à [Câmara o](#)

[Projeto de Lei 191](#), que libera várias atividades econômicas em terras indígenas. Excetuando-se o garimpo, nenhuma dessas atividades – sejam hidrelétricas, agronegócio ou extração de madeira – requer consentimento dos índios, bastando para que sua autorização seja requerida ao Congresso uma “fundamentação” por parte do Presidente da República.

Abril/2020

Sob o comando de Xavier, a Funai publica, juntamente com o Ministério da Agricultura, [uma instrução normativa que permite o reconhecimento de propriedades privadas](#) em áreas indígenas que ainda não foram oficializadas pela assinatura do Presidente da República – mesmo que seu processo de reconhecimento e demarcação já tenha sido concluído. [O Greenpeace mostra](#) que uma dessas áreas, Ituna-Itatá, no Estado do Pará, onde há registro de povos isolados, já havia tido 94% de seu território loteado por grileiros de terras à espera de regularização. Nesse território, onde não havia desmatamento em 2016, a [devastação cresceu 650% em 2019](#).

Julho/2020

O Congresso aprova uma lei garantindo proteção especial aos indígenas na pandemia. Bolsonaro sanciona a lei, mas veta 22 itens – entre eles, a previsão de entrega de água potável, materiais de higiene, leitos hospitalares e respiradores às aldeias. Justificando os vetos, o vice-presidente, Hamilton Mourão (PRTB), deu uma de Maria Antonieta e [declarou](#) que “em relação à água potável, o indígena se abastece dos rios”, muitos deles contaminados com mercúrio dos garimpos.

Agosto/2020

O Ministério da Defesa suspende uma operação militar contra garimpo ilegal no território do povo munduruku, no Pará, após o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, visitar a região. Após a visita, garimpeiros que eram alvo da operação [voltaram a Brasília de “carona” num avião da Força Aérea](#) para se reunir com o ministro.

Setembro/2020

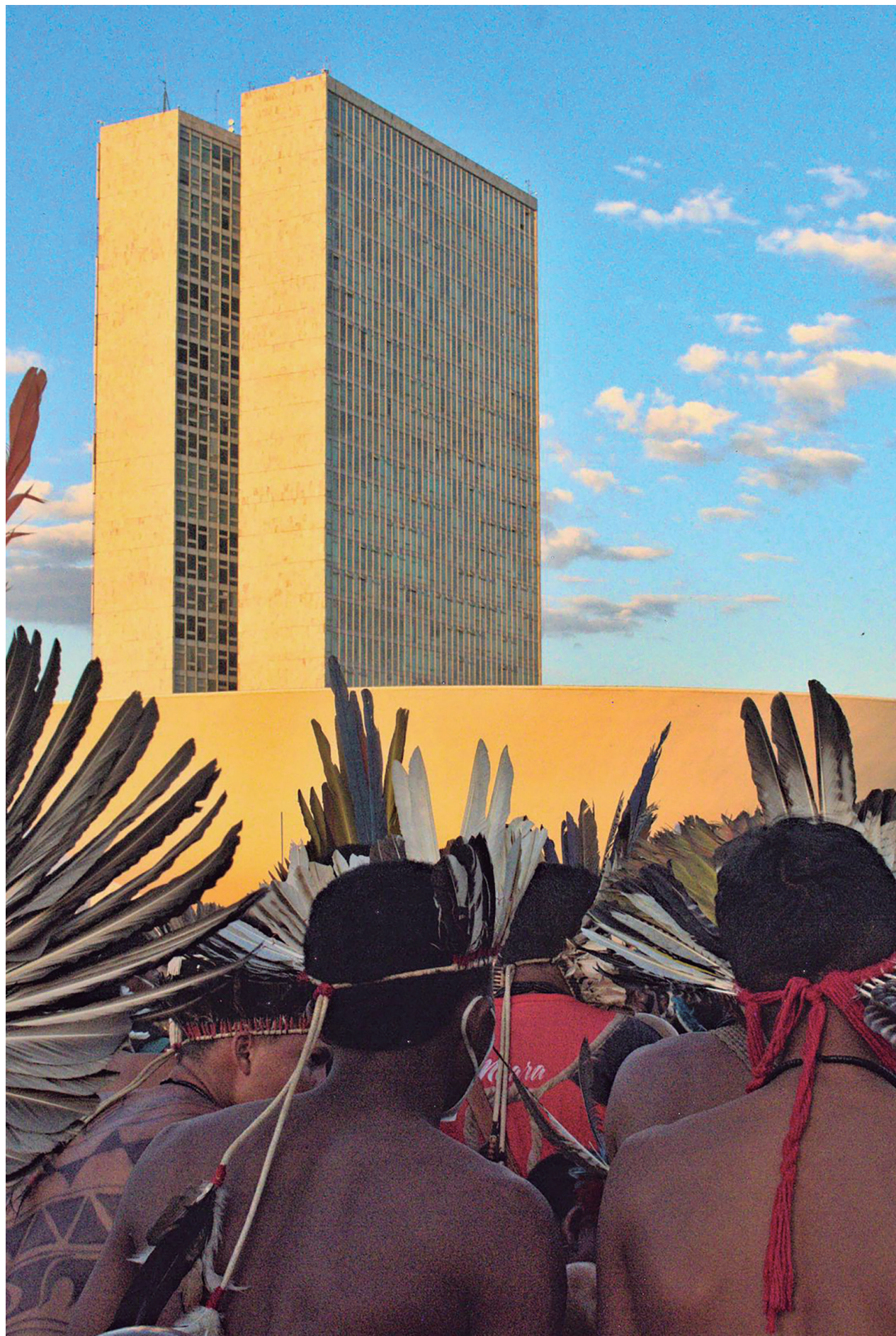
Principal assessor militar do presidente Bolsonaro, o general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, acusa a líder indígena Sônia Guajajara de “crime de lesa-pátria” por vídeo que supostamente difamaria o Brasil no exterior. Ela apresenta [queixa-crime](#) por difamação contra o general no STF.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

03.

Ataques aos direitos indígenas



Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

03.

Ataques aos direitos indígenas

Abril/2021

A pedido da Funai, a Polícia Federal [abre inquérito](#) contra dois dos principais líderes indígenas do Brasil, Sônia Guajajara e Almir Suruí, acusados de “difamar” o presidente Jair Bolsonaro. Ambas as investigações são posteriormente arquivadas.

Maio/2021

[Garimpeiros atacam a tiros](#) aldeia yanomami de Palimu, em Roraima. Estima-se que haja atualmente [25 mil garimpeiros na terra indígena](#), a maior do país. No total são três ataques no mês, o que leva o STF a expedir decisão obrigando o governo a retirar os invasores – o que não ocorre.

No fim do mês, o Exército [retira apoio](#) de uma operação da Polícia Federal contra o garimpo no território munduruku. Em represália, garimpeiros queimam a casa da líder indígena antigarimpo Maria Leusa Kaba.

Julho/2021

Militar da Funai [libera](#) obra em terra indígena para favorecer ocupação ilegal.

Tenente do Exército, coordenador da Funai [fala em 'meter fogo'](#) em índios isolados no Amazonas.

Setembro/2021

Governo [libera](#) linha de energia na Amazônia sem acordo com indígenas. A obra foi autorizada pelo órgão que deveria proteger os índios, que consideram a obra [ilegal](#).

A principal comissão da Câmara dos Deputados, presidida e composta em sua maioria por aliados do presidente Jair Bolsonaro, aprova o [Projeto de Lei 490, que altera a demarcação de terras indígenas](#). O projeto estabelece que só terão direito às terras índios que estejam nelas desde 5 de outubro de 1988, o que impediria para sempre o reconhecimento de mais de 700 territórios. Também veda a ampliação de áreas indígenas já demarcadas.

Garimpo [causa](#) má formação e desnutrição em crianças indígenas.

Outubro/2021

Duas crianças são [sugadas](#) por máquina de garimpo ilegal de ouro em rio próximo a aldeia na terra Yanomami.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

03.

Ataques aos direitos indígenas



04.

Recusa em usar recursos internacionais bilionários

Enquanto exige dos países desenvolvidos dinheiro para supostamente proteger os biomas brasileiros e cumprir a meta de clima, o Brasil mantém congelados desde o início do atual governo recursos equivalentes a mais de meio bilhão de dólares que poderiam estar sendo usados hoje em atividades sustentáveis. O Fundo Amazônia, maior projeto de Redd+ do planeta, foi paralisado por determinação do ministro Ricardo Salles e assim permanece. O mesmo acontece com US\$ 96,5 milhões captados do GCF (Fundo Verde do Clima) em 2018.

Pizzo: Salles tentou, sem sucesso, chantagear países ricos para pagar para o Brasil não desmatar

Timeline

Fevereiro/2019

O GCF (Fundo Verde do Clima) destina ao Brasil, via Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), US\$ 96,5 milhões para o programa Floresta+, que remuneraria povos indígenas e comunidades tradicionais que conservam a vegetação, com o objetivo de desestimular a derrubada da floresta. O servidor que coordenou as negociações é demitido na semana seguinte.

Abril/2019

O governo extingue por decreto o Cofa (Comitê Orientador do Fundo Amazônia) e o CTFA (Comitê Técnico do Fundo Amazônia). Ministro do Meio Ambiente tenta recriar ambos sem a participação da sociedade civil, mas países doadores rechaçam a proposta. O fundo permanece parado.

Maio/2019

Ricardo Salles anuncia uma entrevista coletiva para mostrar supostas provas de irregularidades cometidas por ONGs com dinheiro do Fundo Amazônia e detectadas por auditoria do ministério avalizada pela Controladoria-Geral da União. [É desmentido no mesmo dia pela CGU](#), que diz não ter nada com isso. Na coletiva, não consegue provar nenhuma irregularidade.

Dezembro/2019

Na COP26, em Madri, Salles diz que a Alemanha, o segundo maior doador do Fundo Amazônia, já teria concordado com as condições impostas pelo regime Bolsonaro para a retomada do fundo. [O governo alemão desmente o ministro em nota oficial](#).

Junho/2020

Partidos políticos [processam o governo no STF](#) exigindo a retomada do Fundo Amazônia, que não acontece.

Quase um ano e meio após a aprovação pelo GCF, o governo [lança o programa Floresta+](#), de pagamento por serviços ambientais. O recurso,

porém, permanece parado, porque Salles não quer destiná-lo a indígenas e pequenos agricultores, como exigem as regras do programa.

Fevereiro/2021

Dados obtidos por Lei de Acesso à Informação pela Agência Rubrica mostram que, dois anos após a aprovação do GCF, o Floresta+ [nem sequer chegou a selecionar beneficiários](#). Até a publicação deste relatório, a verba – a maior já aprovada pelo GCF para um projeto florestal no mundo – permanecia sem uso. Quase três anos depois, o projeto continua [no papel](#).

Setembro/2021

Às vésperas da COP26, governo [anuncia](#) plano de dar dinheiro a latifundiários para que cumpram a lei, que os obriga a manter parte de suas fazendas preservadas.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

04.

Recusa em usar recursos internacionais bilionários



Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

04.

Recusa em usar recursos internacionais bilionários



05.

Negacionismo climático

“Não acredito em aquecimento global. Vejam que fui a roma em maio e estava uma onda de frio enorme. Isso a mídia não noticia.”

Ex-chanceler Ernesto Araújo, 2 de Agosto de 2019

“Se fosse papel higiênico, serviria só para limpar a bunda.”

Nabhan Garcia, Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, sobre o *Acordo de Paris*, Outubro de 2018

O Brasil chega à conferência de Glasgow como um dos únicos países do mundo a apresentar em 2020 uma NDC menos ambiciosa do que a anterior. A nova proposta permitirá ao país chegar a 2030 emitindo entre 200 milhões e 400 milhões de toneladas de CO₂ a mais do que a meta original, de 2015, e cumprir a meta mesmo com alta na taxa de desmatamento na Amazônia. A atualização da NDC brasileira fez o consórcio Climate Action Tracker rebaixar a classificação da meta do país de “insuficiente” para “altamente insuficiente”. O plano está sendo questionado nas cortes por organizações da juventude.

Linha do Tempo

2018

[Documentos da transição de governo](#) já mostram que a equipe do futuro presidente considera a área de mudanças climáticas um “cabide de empregos” que ameaça “a soberania nacional” e sugerem “reestruturar” toda a governança a fim de “desautorizar” ONGs que o governo considera “incontroláveis”. Dois meses após a eleição, Bolsonaro [afirma](#) que o Brasil não sediará mais a COP, que é transferida para o Chile.

Janeiro/2019

Em seu primeiro dia de trabalho, ministro Ricardo Salles publica a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, extinguindo a secretaria de Mudança do Clima e Florestas. O órgão que na prática executava a política climática federal deixou de existir. À imprensa, Salles declarou que nomearia um assessor especial para o tema no gabinete, o que nunca aconteceu.

Na semana seguinte, o Ministério das Relações Exteriores, chefiado pelo negacionista climático Ernesto Araújo, extingue as divisões de Clima e Energia Renovável da pasta. A condução da área passa a ser feita por diplomatas de nível mais baixo na hierarquia do ministério.

Fevereiro/2019

Em sua primeira audiência no Senado Federal, Salles [questiona a influência humana no aquecimento global](#) e diz que o governo “não dedicará energia” ao tema. “Precisamos saber priorizar. Nossa prioridade no ministério não é ficar mandando grupo de 20, 30 pessoas viajando o mundo inteiro de executiva e ficando em hotel e comendo por conta do governo para discutir como vai estar o mundo daqui a 500 anos”, declarou a uma rádio simpática ao governo.

Abril/2019

Decreto acaba com 700 órgãos colegiados do governo, que contavam com participação

da sociedade civil. Na lista estão os comitês do Fundo Amazônia, o comitê do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Conaredd+ (Comissão Nacional de Redd+), além do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, a principal instância decisória federal sobre o tema. A medida congela o Fundo Amazônia, principal programa de Redd+ do planeta, que segue parado até o momento desta publicação.

Maio/2019

Salles diz que está “de saco cheio” do secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança Climática, o ex-deputado Alfredo Sirkis, e o demite por telefone, nomeando para seu lugar, igualmente por telefone, seu ex-assessor Oswaldo Lucon. Sem recursos, o fórum torna-se peça decorativa na governança climática brasileira, incapaz de contra-arrestar o negacionismo do governo federal.

Salles tenta impedir a realização da Climate Week Latin America, evento preparatório para a COP25, no Chile que ocorreria em Salvador. À imprensa, disse que [não faria um encontro para “o pessoal fazer turismo”](#) na cidade. É forçado a recuar pelo prefeito da capital, aliado de Jair Bolsonaro.

Novembro/2019

Com a proximidade da COP25, o governo edita às pressas um conjunto de decretos que recria o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, a Conaredd+ e o comitê gestor do Fundo Clima. No entanto, a sociedade civil é excluída da nova composição de todos esses órgãos.

Decreto presidencial acaba com a proibição de plantação de cana-de-açúcar no Pantanal e na Amazônia em vigor desde 2009, abrindo os dois biomas sensíveis à produção de biocombustível.

Dezembro/2019

Salles passa duas semanas na COP25, em Madri, dizendo aos países desenvolvidos que o Brasil precisaria de US\$ 10 bilhões por ano para cumprir as metas de redução de desmatamento de sua NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada). É lembrado por um diplomata que a [meta brasileira não é condicionada a financiamento externo](#) e sai de Madri sem um centavo. Sob comando de Salles, o Brasil se alia a EUA, Austrália e Arábia Saudita para bloquear avanços na conferência.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

05.

Negacionismo climático



Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

05.

Negacionismo climático



Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

05.

Negacionismo climático

Durante a COP25, enquanto seu ministro do Meio Ambiente exige dinheiro dos países ricos para combater o desmatamento, presidente [assina](#) medida provisória que anistia o crime de grilagem de terras públicas, principal motor do desmatamento, que por sua vez responde por 45% das emissões do Brasil. MP é de autoria de Nabhan Garcia, auxiliar da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e ex-presidente da mais radical organização de lobby rural do Brasil. Ele afirmou que o [Acordo de Paris só serve “para limpar a bunda”](#).

A Abin, agência de inteligência do governo brasileiro, [manda quatro agentes a Madri para espionar](#) diplomatas brasileiros e membros da sociedade civil na COP25.

Novembro/2020

Só em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, o governo concedeu quase R\$ 100 bilhões em subsídios para combustíveis fósseis, uma alta de 16% em relação ao ano anterior, segundo [estudo](#). O valor supera todo o orçamento do Ministério da Educação no mesmo período. Em 2021, para agradar a caminhoneiros, o governo [também subsidiou](#) o diesel, uma conta extra de R\$ 4 bilhões anuais.

Dezembro/2020

Brasil submete à UNFCCC uma “nova primeira NDC”, ratificando a meta indicativa de 2015 de reduzir 43% das emissões em 2030 em relação a 2005. No entanto, a base de cálculo muda, fazendo na prática com que o país [dê a si mesmo uma autorização para emitir 400 milhões de toneladas de CO2 equivalente a mais em 2030](#) do que a meta anterior. Além disso, são deletadas da nova NDC as propostas de políticas públicas adotadas em 2015, como zerar o desmatamento ilegal a Amazônia em 2030. Manobra faz Jair Bolsonaro ser cortado do Climate Ambition Summit organizado pelo Reino Unido em dezembro. Em seguida, seis jovens ativistas [processam o governo](#) por causa da redução de ambição, que viola o princípio da progressividade do Acordo de Paris.

Com 10.851 km² de desmatamento, o Brasil descumpre em 180% a meta da Política Nacional de Mudança do Clima de limitar a devastação da Amazônia a 3.925 km² em 2020.

Janeiro/2021

Começa a correr o prazo para a implementação da NDC brasileira, mas o país não tem sequer um plano para isso.

Abril/2021

Bolsonaro [exige dos EUA dinheiro para manter a floresta em pé](#). Quinze senadores americanos [mandam uma carta a Joe Biden](#) advertindo que qualquer acordo com o Brasil deve estar condicionado a resultados antes do recurso, e tratativas são suspensas.

Em discurso na Cúpula de Líderes de Joe Biden, Jair Bolsonaro promete zerar o desmatamento ilegal em 2030, compromisso que ele mesmo havia retirado da NDC brasileira, e dobrar orçamento para a fiscalização ambiental. [No dia seguinte, corta o recurso em 24%](#).

Julho/2021

Governo sanciona lei de privatização da estatal de energia Eletrobras. O acordo inclui inserir 8 gigawatts de termelétricas a gás natural na matriz elétrica brasileira, o que [aumentará as emissões do setor elétrico em um terço](#).

Agosto/2021

No dia em que o IPCC lançou seu 6º Relatório de Avaliação, apontando como inequívoca a ação humana no aquecimento do planeta, o governo Bolsonaro anunciou um programa para incentivar a produção de energia via carvão mineral. O [plano](#) estimula a expansão do sistema e o uso de termelétricas a carvão até 2050, apesar da promessa do país de zerar as emissões no mesmo período. “O programa tem como foco a continuidade da atividade de mineração de carvão na região Sul do Brasil, colaborando com o desenvolvimento da região e a segurança energética do País”, [alegou](#) o governo.

Outubro/2021

Dados do SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa) do Observatório do Clima mostram que as emissões do Brasil em 2020 [subiram](#) 9,5%, principalmente por causa do desmatamento, o que torna o país o único integrante do G20 com emissões em alta no ano da pandemia.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

05.

Negacionismo climático



06.

Liberau geral no meio ambiente

Nunca na história deste país um governo liberou tantos agrotóxicos. Em mil dias de regime [foram aprovados](#) 1.411 produtos. Esse número representa 40% de todos os pesticidas existentes no mercado brasileiro. Cerca de um terço dos agrotóxicos liberados sob Bolsonaro [é proibido](#) na União Europeia por causa dos riscos à saúde e ao meio ambiente. O aumento da pobreza, do desmatamento e a falta de sustentabilidade do agronegócio, entre outros fatores, fizeram do Brasil um dos três países com maior queda no [Índice Global de Sustentabilidade \(SDG Index\)](#), divulgado pela Universidade Cambridge. O Brasil caiu de 57° (em 2019) para 61° (em 2021) no índice global. Ficou atrás de países como Argentina, Cuba, Uruguai e Chile. Os primeiros colocados são Finlândia, Suécia, Dinamarca e Alemanha.

No caso da exploração de petróleo, dois exemplos são emblemáticos dos objetivos do governo Bolsonaro. Em 2019, o governo [tentou leiloar](#) blocos para exploração perto do Parque Marinho de Abrolhos, um santuário ecológico na Bahia.



Após grande pressão social, a iniciativa fracassou por falta de interessados. Em nova rodada de leilão no início de outubro, o governo ofereceu a petroleiras áreas que abrangem a cadeia de montanhas submersas do santuário de Fernando de Noronha e da reserva biológica Atol das Rocas, em Pernambuco, entre outras áreas sensíveis. Mais uma vez, [não houve interessados](#), após [pressão](#) de grupos ambientalistas.

É um governo que atuou diversas vezes para favorecer empresários não só do setor madeireiro, cancelando multas ambientais e liberando obras como a de um [resort](#) no litoral da Bahia.

O exemplo mais danoso para o futuro da Amazônia é a licença que o governo promete assinar autorizando o asfaltamento completo da BR-319, estrada que liga Manaus a Porto Velho, abrindo caminho para madeireiros e grileiros na região mais preservada do bioma.

Linha do Tempo

Abril/2019

Ministério do Meio Ambiente [envia ofício](#) exigindo que Ibama autorize leilão de petróleo ao lado do Parque Nacional de Abrolhos, contrariando parecer técnico do órgão ambiental.

Junho/2020

Governo [publica](#) edital para pavimentação de primeiro trecho da BR-319, rodovia de terra aberta na ditadura que corta a área mais bem preservada do bioma.

Novembro/2020

Nomeado por Salles [cancela](#) multa e libera obra em resort.

Setembro/2021

Chega a 1.411 o número de pesticidas [aprovados](#) em menos de três anos de governo.

Um grande cientista brasileiro nascido nos EUA [é alvo](#) de ataque xenófobo durante audiência sobre a pavimentação da BR-319, no Amazonas.

Petrobrás [fatia](#) licenciamento na Foz do Amazonas para tentar burlar órgão ambiental, expandindo investimento em fosséis e ameaçando a biodiversidade.

Outubro/2021

Ministério Público Federal e ONGs [vão à Justiça](#) contra leilão de petróleo perto de Fernando de Noronha e Atol das Rocas.

Bolsonaro altera a legislação por meio de decreto para [permitir](#) que pesticidas que causam doenças como câncer possam ser liberados no país caso exista um “limite seguro de exposição”. A medida também cria um rito de “tramitação prioritária” para aprovação de novos produtos.

Após negativas para a Total em 2018, a Petrobras faz [novo pedido](#) para exploração de petróleo na Foz do Amazonas.





Meu guri: o novo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite

07.

Política ambiental paralisada

Após a eleição, Bolsonaro ameaçou fechar o Ministério do Meio Ambiente, que seria fundido com a Agricultura. Acabou sendo convencido a desistir da ideia, mas ficou com a segunda melhor opção: manter o ministério esvaziado, nomeando um ministro não só alinhado com o agronegócio, mas que comandaria o desmonte da fiscalização, assediando servidores e parando completamente a formulação de políticas públicas. Ricardo Salles arruinou 40 anos de governança ambiental em 18 meses no cargo e acabou sendo forçado a pedir demissão depois de ser investigado no STF por nove crimes, incluindo a facilitação do contrabando de madeira para os Estados Unidos.

Salles se foi, mas seu amigo e antigo assessor Joaquim Leite foi nomeado para continuar “passando a boiada”. *Meet the new boss, same as the old boss.*

O orçamento ambiental aprovado para 2021 foi [o menor](#) em duas décadas. Sob pressão internacional, Bolsonaro anunciou em abril um aumento do orçamento para a fiscalização, mas até meados de outubro o Ibama havia empenhado apenas 44% e liquidado só 19% dos R\$ 234 milhões anunciados para o ano.

No Ministério do Meio Ambiente, sem considerar os valores relativos aos três órgãos vinculados (Ibama, ICMBio e Jardim Botânico do Rio), 94% das despesas até outubro, excluindo pagamentos de servidores e aposentadorias, concentravam-se na administração da unidade, que inclui aluguel, segurança e outras atividades não-finalísticas.



Linha do Tempo

2018

O presidente eleito Jair Bolsonaro [decide extinguir o Ministério do Meio Ambiente](#), fundindo-o ao da Agricultura, alegando que “não podemos ter dois ministérios antagônicos”. Depois recua, por sugestão de representantes do próprio setor agrícola, que temem dano à imagem do Brasil.

Durante a COP24, em Katowice, Polônia, Bolsonaro nomeia para ministro do Meio Ambiente um advogado ligado ao lobby rural, Ricardo Salles. O novo ministro é [condenado na Justiça por fraude ambiental](#) dez dias antes de assumir o cargo.

Janeiro/2019

O Ministério do Meio Ambiente é desmembrado e desidratado no primeiro dia de trabalho do novo ministro. Uma Medida Provisória retira da pasta a Agência Nacional de Águas, passada ao Ministério do Desenvolvimento, e o Serviço Florestal Brasileiro, órgão responsável pelo cadastro ambiental de propriedades rurais. Este é entregue ao Ministério da Agricultura e viria a ser presidido por um ex-deputado ruralista. A secretaria de Florestas e Clima é extinta.

Março/2019

Vinte e um superintendentes do Ibama nos Estados são demitidos. Alguns são trocados por policiais militares e sete postos ficam vagos até o ano seguinte.

O ministro Ricardo Salles impõe a lei da mordida nas comunicações do Ibama, do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente. Os órgãos ambientais perdem autonomia para se comunicar com a imprensa. [Oito em dez jornalistas que procuram o ministério ficam sem resposta no ano de 2019.](#)

Abril/2019

Governo [corta](#) R\$ 187 milhões do orçamento ambiental.

Toda a diretoria do Instituto Chico Mendes, o órgão responsável por mais de 330 unidades de conservação federais que cobrem quase 10% do território brasileiro, é demitida e substituída

por policiais militares do Estado de São Paulo, sem nenhuma experiência em gestão de áreas protegidas.

Maio/2019

O Conselho Nacional do Meio Ambiente, principal órgão colegiado ambiental brasileiro e responsável por editar normas que vão de proteção da vegetação a padrões de poluição atmosférica, é reduzido de 96 membros para 23, e o governo federal passa a controlá-lo. A participação da sociedade civil é reduzida de 22 assentos para 4, escolhidos por sorteio. A Suprema Corte anula a mudança em 2021.

Bolsonaro divulga [plano](#) de reduzir 67 Unidades de Conservação para abertura de estradas e outros projetos, e Salles [anuncia](#) a revisão de todas as 334 áreas de proteção ambiental federais do país, segundo ele criadas “sem critério algum”.

Em [encontro inédito](#), sete ex-ministros do Meio Ambiente denunciam o “desmonte da governança socioambiental” promovida por Bolsonaro.

Setembro/2019

Governo leva 41 dias para acionar plano de contingência contra o derramamento de óleo na costa do Nordeste, o mais extenso desastre do tipo já registrado no país. Em abril, o decreto de revogação de colegiados havia extinguido dois comitês responsáveis pelo plano. Em outubro, agentes do Ibama afirmaram que a lei da mordida nas comunicações do ministério atrapalhou a resposta ao desastre. Mais de 2.000 km do litoral brasileiro foram afetados.

Outubro/2019

Num tuíte, Ricardo Salles culpa o Greenpeace pelo derramamento do óleo e é processado pela organização.

Dezembro/2019

Presidente do Instituto Chico Mendes, o coronel da Polícia Militar Homero Cerqueira baixa seu principal ato administrativo: proíbe minissaías na repartição.

Abril/2020

Durante uma reunião ministerial, ministro Ricardo Salles defende aproveitar a pandemia, “enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e [ir passando a boiada](#) e mudando todo o regramento”.

Ibama [estende](#) ‘Lei da Mordança’ para redes sociais pessoais dos servidores.

Julho/2020

Ministério Público [pede afastamento de Ricardo Salles](#) por “desestruturação dolosa das estruturas de proteção ao meio ambiente do Brasil”.

Agosto/2020

Controladoria-Geral da União, o órgão responsável por fiscalizar a administração pública, publica [relatório devastador](#) mostrando que, no primeiro ano de governo, a execução máxima do orçamento dos programas do Ministério do Meio Ambiente foi de 14%.

Setembro/2020

Análise do Observatório do Clima dos gastos do Ministério do Meio Ambiente mostra que, de janeiro a agosto, os programas de responsabilidade da pasta [gastaram o equivalente a US\\$ 20 mil](#), o que indica na prática que não havia política ambiental sendo feita pelo governo federal. A pasta [não gasta](#) nem 1% da verba para preservação.

Para favorecer donos de resorts, Salles [retira](#) a proteção a manguezais e restingas.

Aparelhado pelo governo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente aprova normas de interesse do setor imobiliário que reduzem proteção a manguezais e restingas e que permitem queima de lixo tóxico em fornos de fabricação de cimento, o que atende ao lobby da indústria. Suprema Corte invalida as decisões meses depois.

Coronel da PM que chefiava o Instituto Chico Mendes, o serviço nacional de parques do Brasil, é demitido. Em seu lugar é nomeado outro coronel da PM.

Outubro/2020

Salles cria uma comissão formada por policiais militares e sem nenhum integrante da área técnica para discutir a portas fechadas a fusão entre Ibama e ICMBio, extinguindo o órgão que cuida das áreas protegidas. A comissão deveria entregar seu parecer em quatro meses, mas o prazo é prorrogado até setembro, quando a proposta é enfim descartada.

Ambientalista que criticou Salles pela frase do “ir passando a boiada” [é vítima de tentativa de intimidação](#) da Advocacia-Geral da União, sob



Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

07.

Política ambiental paralisada

ordem do ministro. Investigação do UOL mostra que a AGU foi acionada para intimidar também um cientista e dois jornalistas.

Novembro/2020

Plano de militarização da Amazônia [prevê](#) controle de 100% das ONGs.

Dezembro/2020

Militares [assinam](#) contrato sigiloso de R\$ 175 milhões para comprar satélite considerado ineficaz, duplicando sistema oficial.

Janeiro/2021

Análise da Proposta de Lei Orçamentária mandada pelo governo ao Congresso para o ano de 2021 mostra [o menor orçamento em 21 anos](#) para a área ambiental: R\$ 1,72 bilhão, ou US\$ 345 milhões.

Março/2021

Instituto Chico Mendes [estabelece censura prévia a qualquer pesquisa científica](#) desenvolvida por servidores da instituição. Todas as publicações deverão passar antes pelo crivo do diretor de Pesquisa e Monitoramento do instituto, um coronel da Polícia Militar.

Abril/2021

Superintendente da Polícia Federal no Amazonas apresenta queixa-crime contra Ricardo Salles por [intervir em favor de empresários para liberar madeira](#) apreendida na maior operação do tipo já feita pela PF na Amazônia.

Maio/2021

PF deflagra operação que faz busca e apreensão na casa e no escritório do ministro do Meio Ambiente. Ele é suspeito de nove crimes, incluindo conluio com madeireiros para exportar madeira sem vistoria para os EUA, corrupção, prevaricação e advocacia administrativa (usar de cargo público para defender interesses privados). O presidente do Ibama, Eduardo Bim, e outros nove servidores do instituto são afastados do cargo por 90 dias na mesma investigação.

Junho/2021

Os dois delegados da PF que investigam Salles são punidos: um perde o cargo na chefia do Amazonas e é enviado para uma cidade no interior do Rio de Janeiro, e outro é exonerado.

No dia 23, Salles finalmente pede demissão, mas deixa em seu lugar seu assessor Joaquim Leite, de família de fazendeiros e também ex-funcionário de uma organização do lobby agropecuário, a Sociedade Rural Brasileira.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

07.

Política ambiental paralisada



08.

A boiada no Congresso

Em 2021, as ameaças ao meio ambiente no Brasil mudam de patamar. Com a eleição de Arthur Lira, apoiador de Bolsonaro, para a presidência da Câmara dos Deputados, começa a fase do desmonte legislativo.

Enquanto em 2019 e 2020 as ações contra as regulações ambientais e os direitos sociais eram feitas por meio de decretos, instruções normativas e ordens executivas, agora os ataques começam a vir em forma de mudança em leis, o que é irreversível no país, dada a correlação de forças no Congresso.

Os boiadeiros: Rodrigo Pacheco (esq.), presidente do Senado, e Arthur Lira (dir.), da Câmara



A Câmara já aprovou o enfraquecimento do licenciamento ambiental e a anistia à grilagem de terras, e ainda pode votar a qualquer momento o fim da demarcação de terras indígenas e a permissão para abrir essas áreas para atividades econômicas altamente impactantes.

A aprovação desses projetos, prioritários para o governo, é a virtual garantia de que o Brasil não conseguirá reduzir o desmatamento na Amazônia.

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

08.

A boiada no Congresso

Linha do Tempo

Fevereiro/2021

Uma ampla coalizão de partidos de centro e direita, com votos até mesmo da esquerda, elege presidente da Câmara o conservador Arthur Lira, candidato de Jair Bolsonaro e ligado ao lobby do agronegócio. Lira comemora sua vitória com uma festa para 300 pessoas em Brasília no auge da pandemia de Covid-19, quando o Brasil computava 1.200 mortos por dia.

Bolsonaro entrega a Lira a lista de 35 projetos de lei que o governo considera prioritários. Entre eles há quatro na área ambiental: a liberação da mineração e de outras atividades como construção de hidrelétricas e agronegócio industrial em terras indígenas mesmo sem consentimento dos índios (PL 191); a flexibilização do licenciamento ambiental (PL 3.729); a anistia à grilagem de terras (PL 2.633 da Câmara e PL 510 do Senado) e a revisão das concessões florestais.

Março/2021

Überbolsonarista, deputada Carla Zambelli é eleita presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, e diz que sua prioridade é aprovar a agenda do governo e “[questionar ONGs](#)”.

Em seu primeiro mês no cargo, Zambelli faz avançar um projeto de lei do então deputado Jair Bolsonaro que [dá poder à Polícia Militar para fazer fiscalização ambiental](#), potencialmente sidelining environmental enforcement agencies such as Ibama.

Maio/2021

Câmara [aprova](#) o PL 3.729, lei que, na prática, acaba com o licenciamento ambiental. A nova legislação cria dispensa da necessidade de estudos de impacto para uma série de atividades, incluindo o asfaltamento de estradas na Amazônia e generaliza o “autolicensing” de empreendimentos pela internet. O projeto tramita no Senado, onde será relatado pela senadora Kátia Abreu, conhecida pelo apelido “Golden Chainsaw”.

Julho/2021

Principal comissão da Câmara dos Deputados, presidida por uma deputada bolsonarista [investigada na Suprema Corte por atos contra a democracia](#), aprova o PL 490, sobre povos indígenas. Entre outros ataques, o projeto estabelece que povos que tenham sido expulsos de suas terras antes de 1988 ou que não as estejam ocupando desde essa data perdem para sempre direito a elas. Também veda a ampliação de terras indígenas já demarcadas.

Agosto /2021

No mesmo dia em que o ministro britânico Alok Sharma, que preside a COP26, chega ao Brasil para cobrar mais ambição do país, a Câmara aprova o PL 2.633, que facilita a privatização de terras públicas de até 600 hectares ocupadas ilegalmente e abre a possibilidade de anistia permanente à grilagem. Ele segue para o Senado, onde deverá ser fundido a um projeto ainda mais danoso, o PL 510, de autoria de Irajá Abreu, filho de Kátia Abreu, que já ostentou ele mesmo o título de [maior desmatador do Congresso](#).

Brasil: 1.000 dias de destruição —

Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

08.

A boiada no Congresso

Mais informações sobre como a administração Bolsonaro está destruindo o Brasil...

MEIO AMBIENTE

Observatório do Clima:

[O Pior Está Por Vir – O primeiro ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro](#)

[Passando a Boiada – O segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro](#)

Greenpeace, Climalfo, Observatório do Clima:

[Um Governo contra o Meio Ambiente](#)

Smoke Signal:

[Dossiê – Governo JB: Menos 30 anos em 3 \(2019-2021\): Uma linha do tempo com destaques do desmonte da governança socioambiental e das políticas de redução de desmatamento no Brasil em 3 anos de administração de Jair Bolsonaro](#)

PANDEMIA

Conectas/Cepedisa-USP:

[Boletim Direitos na Pandemia #10](#)

09. Mais informações

Brasil: 1.000 dias de destruição — Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.



Créditos

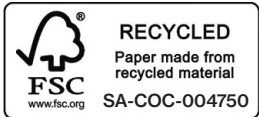
Brasil: 1000 dias de destruição: Como Jair Bolsonaro se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.

Texto:
Felipe Werneck and Claudio Angelo

Design:
O.R.C.A.

Fotos:

Capa Getty Images / P.02-03 Claudio Angelo / P.04 © Daniel Beltrá / Greenpeace / P.07 Getty Images / P.08 Shutterstock / P.12 Getty Images / P.17 Twitter Ricardo Salles/ P.18 Shutterstock / P.19 Twitter Secom / P.20 iStock / P.24 Reprodução Apib/ P.26 Flickr Palácio do Planalto / P.29 © Daniel Beltrá / Greenpeace / P.30 © Christian Braga / Greenpeace / P.33 iStock / P.35 © Christian Braga / Greenpeace / P.36 © Greenpeace / Daniel Beltrá / P.38 REBIO – Atol das Rocas/ICMBio / P.39 © Victor Moriyama / Greenpeace / P.40 Flickr Ministério do Meio Ambiente / P.42 Felipe Werneck/Ibama / P.44 Getty Images / P.46 Flickr Palácio do Planalto / P.48 Getty Images / P.51 Shutterstock /



Printed in the United Kingdom

09. Créditos

Brasil: 1.000 dias de destruição — Como JAIR BOLSONARO se tornou o negacionista climático mais perigoso do mundo.



OBSERVATÓRIO
DO **CLIMA**